

## Partidarização judicial e o apartheid social brasileiro: o anti-igualitarismo jurídico

Jordan Michel-Muniz\*

Entendo a partidarização judicial como agravamento do anti-igualitarismo jurídico que degrada o formalismo democrático. Atendo-me ao Brasil, sem generalizar: há pessoas dignas no judiciário. Falo na aplicação indevida da lei na esfera política para impedir mudanças na sociedade. Trato o tema em três níveis. Preliminarmente, discuto a desigualdade político-jurídica, depois os golpes de Estado, e por fim o manejo da legislação como arma política que mantém injustiças. No Brasil existe *apartheid social* sustentado com apoio do judiciário. Mesmo sem leis que o definam juridicamente, como havia na África do Sul, julga-se pela classe social, produz-se o anti-igualitarismo jurídico, que analiso nas duas etapas iniciais do meu argumento, relativas às épocas de normalidade e de crise, pela ordem. Em primeiro lugar, há séculos as leis valem conforme a cor da pele e status social, algo tão frequente que se naturaliza a desigualdade política, injustiça que também rege ações policiais. Segrega-se com procedimentos sem amparo legítimo, mas tais práticas são disseminadas na operação das instituições estatais. Em fase intermediária examino o segundo aspecto: a partidarização judicial que preserva o anti-igualitarismo jurídico fomentando crises. Se governos incluem as camadas exploradas e excluídas – a gente marginalizada no *apartheid social*, a maioria desfavorecida – quebrando a rígida estratificação social, o judiciário volta-se contra o Estado de Direito. A elite burocrática que controla um poder republicano respalda arbitrariedades para proteger o domínio

---

\* Doutor em Filosofia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina.

oligárquico e seus privilégios, como no golpe militar de 1964. Após Junho de 2013, e durante o recente impeachment fraudulento, expande-se a atuação facciosa do judiciário. Esse o ponto da terceira parte: há fundamento filosófico para o *lawfare*? O *lawfare* não inverte a função pacificadora da justiça e da política? Recuando um passo, como definir politicamente o sistema jurídico que permite a uma parte da sociedade atacar a outra manipulando leis e ritos legais que apenas ela controla? Regride-se do patamar já insuficiente da democracia, vigente nos tradicionais abusos oligárquicos do governo representativo. Impõe-se a ditadura da toga, dissimulada pelo formalismo do processo legal espetacular, cujo conteúdo depende da audiência no grande tribunal midiático, onde impera a opinião publicada. As elites econômicas condenam previamente lideranças que as contrariam. Buscam sentenças compatíveis com suas convicções, só então simulam julgar, e depois procuram ou forjam provas. Detalhando tais noções pretendo oferecer uma interpretação filosófica do cenário político das lutas sociais no Brasil atual, por meio de uma crítica da ideologia justificadora dessas deformações.

***Palavras-chave:*** Anti-Igualitarismo Jurídico, Partidarização Judicial, *Lawfare*.